



Carta Socioambiental do Amapá

Seminário Socioambiental – O Amapá que Queremos Ver

Macapá, 12 e 13 de Maio de 2017,

O *Seminário Socioambiental - O Amapá que Queremos Ver*, realizado no Centro Cultural Padre Jorge Basile com a presença de mais de 300 pessoas de diversos municípios do Amapá, é uma reação da sociedade civil amapaense à incapacidade do poder público de assegurar transparência e participação social nas agendas socioambientais do estado.

Os vetores de destruição do bioma amazônico no Amapá avançam sobre a vegetação nativa (Savana, Cerrado e floresta) e as pessoas que vivem aqui. Chegou, então, a vez da sociedade civil pautar e ter espaço de fala.

Esse cenário se insere em um contexto ainda mais amplo: ataques sistemáticos à agenda socioambiental e aos direitos humanos, dos índios e de trabalhadores do campo por grupos de interesse instalados no Congresso Nacional e no Executivo Federal. Nem mesmo direitos garantidos pela Constituição estão a salvo.

A ideia do Amapá como o estado mais conservado da Amazônia, com cerca de 72% de seu território transformado em áreas protegidas, gera uma falsa impressão da realidade. O patrimônio ambiental do estado tem sido tratado de forma questionável, pois observamos as contradições e os conflitos de interesse estabelecidos. E percebemos um cenário ainda pior por vir. Do ponto de vista das populações mais vulneráveis, o suposto progresso a qualquer custo tem aumentado a desigualdade social, a pobreza, a insegurança alimentar, a insegurança pública, a piora das condições gerais de saúde, entre outros aspectos relacionados aos direitos básicos dos cidadãos.

Temos urgência, portanto, em redirecionar nosso projeto de futuro. Nós, ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares, acadêmicos, técnicos, trabalhadores do campo e da cidade, povos indígenas, cientistas, movimentos sociais, sindicais e cidadãos engajados, declaramos nosso posicionamento de acordo com os quatro eixos seguintes:

Mineração, Garimpo e Mercúrio.

- Demandamos a construção de um novo modelo de mineração para o estado, que seja em bases sustentáveis, considerando a condição social do garimpeiro e impedindo o avanço da mineração e de garimpos para novas áreas;

- Condenamos a contaminação por mercúrio e solicitamos estudos e pesquisas que caracterizem o grau de contaminação no meio ambiente e na população amapaense. Assim, poderemos tratar adequadamente esse assunto, que é de saúde pública;
- Defendemos que o Brasil ratifique a Convenção de Minamata, para seguir com a regulamentação do uso dessa substância;
- Denunciamos o abandono das barragens de rejeitos pelas empresas que encerraram suas atividades no estado. E exigimos dos órgãos competentes medidas cabíveis;
- Defendemos o fortalecimento da governança pública, notadamente o planejamento participativo do setor, a fiscalização e o monitoramento do setor mineral – incluindo tais ações nos Planos Plurianuais;
- Cobramos dos Ministérios Públicos federal e estadual e da Delegacia especializada um maior acompanhamento das ações do Departamento Nacional de Produção Mineral local;

Petróleo

- Demandamos a criação de um mosaico de Unidades de Conservação marinhas na área de confluência dos corais;
- Dizemos não a toda e qualquer exploração vinda da indústria petrolífera na bacia da foz do rio Amazonas. Afinal, isso ofereceria riscos inaceitáveis de vazamento de óleo e colocaria em risco a existência do ecossistema coralino e do complexo de mangues do estado, caso um vazamento chegue à costa. A atividade petrolífera também poderia ameaçar os estoques de pesca, afetando o modo de vida de quatro etnias indígenas;
- Alertamos para o fato de que um eventual derramamento, mesmo que o óleo não chegue até a costa, poderia atingir os peixes, causando graves consequências para alimentação e economia de diversos municípios do Pará e Amapá;

Uso do solo

- Exigimos a extinção do IMAP e a devolução de suas atribuições à Secretaria de Meio Ambiente, com as licenças ambientais de médio e alto impacto aprovadas em sessão do Conselho Estadual do Meio Ambiente. E, ainda, a completa apuração das denúncias que pesam sobre esse órgão;
- Defendemos o fortalecimento de todas as instâncias de controle social, em especial o Conselho Estadual de Meio Ambiente, e que a Comissão de Controle Social de Regularização Fundiária do Amapá seja reativada e amplie a representação da sociedade civil;
- No âmbito das leis, somos contrários à mudança do Marco Regulatório para a demarcação de terras indígenas (PEC 215), ao Projeto de Lei que altera conceito de trabalho escravo (PL do Senado número 432/2013) e à proposta que modifica regras para a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no país (PL 4059/12);
- Defendemos que a Lei da Transparência (Lei número 12.527/2011.) seja cumprida e que os processos de licenciamento ambiental sejam publicizados. O Amapá é hoje o estado menos transparente da Amazônia, com somente 3% das informações ambientais disponíveis;
- Defendemos a Moratória da Soja para o Amapá, considerando que as Savanas

Amazônicas, ou Cerrado Amapaense, são parte do bioma Amazônia e, portanto, estão dentro dos tratados de contenção do desmatamento provocado pela soja na região;

- Denunciamos a explosão da violência no campo que acompanha o avanço do agronegócio. Esse avanço tem provocado a grilagem de terras, a expulsão de pequenos agricultores de suas terras, a exploração de madeiras nos assentamentos, a obstrução do uso de terras públicas para a coleta do açaí, o desmanche proposital da Delegacia de Crimes Ambientais da Polícia Civil e a ampliação do uso de agrotóxicos. Rechaçamos também o plantio de soja transgênica e extensiva em áreas quilombolas e de proteção ambiental;
- Entendemos que o centro do embate é a expropriação das terras de seus legítimos donos. Por isso, conclamamos aos diversos movimentos que deixem de trabalhar isoladamente e se unam em defesa do direito à terra;
- Cobramos condicionantes socioambientais ao BNDES nas obras de asfaltamento das rodovias estaduais e a implantação do conceito de rodovias sustentáveis em todos os futuros empreendimentos do estado;
- O estado deve elaborar o Zoneamento Econômico e Ecológico do Amapá, na escala 1:250.000, seguindo as diretrizes do código florestal, de forma participativa com instituições de pesquisa e a sociedade civil. Com especial atenção para o uso e ocupação das Savanas Amazônicas, que devem ter pelo menos 30% de sua área protegida em Unidades de Conservação de forma a proteger as espécies ameaçadas e diferentes unidades de paisagem;
- Denunciamos a grilagem sistemática da Floresta Estadual do Amapá (Flota/AP) feita através de cadastros realizados no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do INCRA, por meio dos cadastros no Programa Terra Legal. Conclamamos que todos os cadastros sejam cancelados, assim como todos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) e Planos de Manejo Florestais dentro da área da Flota/AP;

Barragens

- Como acordado com o Ministério Público Federal, exigimos que o Governo do Estado do Amapá cumpra de imediato o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que cria o comitê de bacia do Rio Araguari, de maneira democrática;
- Exigimos o cumprimento do Plano Básico Ambiental (PBA) e as condicionantes nas hidrelétricas Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes, como determinados pelos órgãos licenciadores. E exigimos o acompanhamento dos ministérios públicos na busca dos direitos dos atingidos durante a construção e após operação das mesmas.
- Exigimos o cumprimento dos Termos de Ajustes de Conduta do Ministério Público com as empresas e o amparo às famílias atingidas e não contempladas com medidas compensatórias. Demandamos uma agenda regular deste órgão com o movimento como forma de monitoramento e antecipação pelo estado de novos sinistros ambientais e sociais;
- Defendemos o uso de novas fontes de energia renováveis, como a solar e a eólica, e diversificação da matriz energética em contraposição à proposta de implantação de novas Usinas Hidroelétricas na Amazônia.

